



14.ª CONFERÊNCIA PAN-AFRICANA SOBRE FLUXOS FINANCEIROS ILÍCITOS E TRIBUTAÇÃO



TEMA

PROMOVER UMA AGENDA TRANSFORMADORA DE JUSTIÇA FISCAL PARA ÁFRICA

NOTA CONCEPTUAL



30 Set-2 Out 2026

Dakar



Senegal

Antecedentes e Contexto

\$88.6 B

mil milhões de dólares perdidos a cada ano devido a fluxos financeiros ilícitos (UNCTAD)

3.7%

do PIB total da África são drenados a cada ano por fluxos financeiros ilícitos persistentes.

26.6%

do PIB total da África são drenados a cada ano por fluxos financeiros ilícitos persistentes.

A 14.^a edição do principal encontro africano sobre fluxos financeiros ilícitos (FFI) e tributação decorre num contexto de perdas de recursos persistentes e significativas provocadas pelos FFI. Apesar dos esforços que remontam ao Relatório do Mbeki de 2015, África continua a perder anualmente cerca de 88,6 mil milhões de dólares, ou seja, 3,7 por cento do seu PIB, devido aos FFI (UNCTAD, 2020). Estas perdas comprometem significativamente a mobilização de recursos internos e limitam a capacidade dos governos africanos para financiar as prioridades do desenvolvimento sustentável. Entretanto, o aumento do peso da dívida externa, que se situa, em média, nos 26,6 % do PIB (em 2024), obrigou muitos países a destinar mais recursos ao serviço da dívida do que à saúde e à educação em conjunto, reduzindo ainda mais a margem de capacidade orçamental.

Esta pressão fiscal surge num momento em que as exigências sobre os recursos públicos se estão a intensificar, incluindo a necessidade de financiar a adaptação às alterações climáticas, acelerar a industrialização, alargar a protecção social e reforçar a prestação de serviços públicos essenciais. Para dar resposta a estas exigências, alguns países recorreram a impostos regressivos que afetam de forma desproporcional os membros vulneráveis da sociedade, reforçando e agravando as desigualdades existentes. Entretanto, a arquitectura fiscal e financeira internacional tem sido historicamente moldada com uma consideração limitada pelas prioridades e realidades africanas. À medida que a governação fiscal e financeira global passa por uma reforma e um realinhamento significativos, África enfrenta tanto riscos substanciais como oportunidades sem precedentes para promover um sistema mais equitativo que apoie o desenvolvimento sustentável, a geração de receitas internas e a transformação económica.

No entanto, este momento de perturbação não é apenas um momento de risco, mas também de possibilidades sem precedentes. Os períodos de ruptura criam oportunidades, permitem o surgimento de novas coligações e a concretização de ideias inovadoras. Para África, esta é uma oportunidade crucial para ir além de uma postura reactiva e, em vez disso, organizar-se estrategicamente para moldar uma ordem económica internacional que reflita as realidades, as prioridades e as aspirações do continente. Isto requer mais do que uma reforma gradual. Exige uma reformulação fundamental da forma como África mobiliza, gere e utiliza os seus recursos na busca da transformação estrutural, da soberania e do desenvolvimento inclusivo. Exige uma acção coordenada para reforçar a mobilização de recursos internos, combater os fluxos financeiros ilícitos e afirmar a autonomia africana na reformulação da governação económica mundial.

A tributação ocupa um lugar central nesta agenda. Embora a tributação tenha sido tradicionalmente considerada o instrumento mais sustentável para a mobilização de receitas, o momento actual exige uma reformulação muito mais ambiciosa. Os sistemas fiscais não devem limitar-se a angariar receitas, mas sim moldar activamente a trajectória de desenvolvimento de África, nomeadamente através do apoio à industrialização, à redução da desigualdade, ao reforço da legitimidade do Estado e ao desenvolvimento da resiliência face a choques sociais, económicos e climáticos.





Fundamentação

Os desafios fiscais de África não se resumem simplesmente a uma questão de receitas insuficientes; são, fundamentalmente, de natureza estrutural. Em muitos casos, os sistemas fiscais existentes continuam a reforçar modelos económicos extrativistas, não conseguindo apoiar a valorização interna nem a transformação económica a longo prazo. Em vez de promoverem a equidade, impõem frequentemente encargos desproporcionados às comunidades marginalizadas, enquanto regulam de forma inadequada as actividades das empresas multinacionais e os fluxos transfronteiriços de capitais. Ao mesmo tempo, estes sistemas ignoram frequentemente as realidades das economias marcadas pelas diferenças de género e a predominância da informalidade nos mercados de trabalho africanos, limitando a sua capacidade de apoiar um desenvolvimento inclusivo e equitativo.

Em conjunto, estas dinâmicas sublinham a urgência de promover uma agenda transformadora de justiça fiscal — uma agenda que vá além dos ajustamentos técnicos e das reformas incrementais, de modo a abordar os fundamentos estruturais mais profundos da economia política de África. A PAC 2026 proporcionará uma plataforma para articular, debater e promover essa agenda.

Objectivos da Conferência

A conferência tem os objetivos de:

1 Reorientar a tributação

Reorientar a tributação como um instrumento central para a transformação estrutural de África, para além da cobrança de receitas.

2 Ampliar e reforçar a voz de África

Ampliar e reforçar a voz de África na governação económica mundial, nomeadamente no contexto da Convenção Fiscal da ONU e das tendências fiscais relevantes.

3 Promover a investigação

Promover a investigação e as ideias pertinentes em termos de políticas que relacionem os sistemas fiscais com a industrialização, a redução da desigualdade e a transformação social.

4 Conter os fluxos financeiros ilícitos

Avaliar a eficácia das reformas destinadas a conter os fluxos financeiros ilícitos, destacar as melhores práticas emergentes e explorar as reformas institucionais, políticas e técnicas necessárias para reforçar os esforços de combate aos fluxos financeiros ilícitos.

Enquadramento Conceitual: Uma Agenda Transformadora de Justiça Fiscal

A PAC 2026 assenta numa compreensão alargada da tributação enquanto sistema que desempenha múltiplas funções interligadas. Estas incluem:



Reforço da resiliência

através do apoio a respostas a choques climáticos e à instabilidade económica;



Promoção da redistribuição

para reduzir a desigualdade e financiar serviços públicos universais com vista à redução da pobreza;



Permitir a reavaliação dos preços

para corrigir falhas de mercado e impulsionar a transformação estrutural; reforçar a representação para melhorar a responsabilização e consolidar o contrato social;



Promover a regulamentação

através da orientação do comportamento empresarial e da gestão dos fluxos de capital.

Este enquadramento mais abrangente ultrapassa os debates fiscais restritos e insere a política fiscal firmemente na estratégia de desenvolvimento mais ampla de África.

Estrutura da Conferência

Este ano, a PAC 2026 é coorganizada em conjunto com os parceiros nacionais da TJNA — CAJUST, Fórum Civil e Trust Africa — e realizada em colaboração com a União Africana, o Fórum Africano de Administrações Tributárias, a Comissão Económica das Nações Unidas para África, a Associação Internacional de Economia do Desenvolvimento e a Fundação Sociedade Aberta. A conferência reunirá decisores políticos, parlamentares, académicos, representantes da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento através de uma combinação de:

● Sessões plenárias de alto nível

● Painéis de debate temáticos

● Apresentações de trabalhos de investigação

● Mesas redondas sobre políticas

● Sessões de networking e parcerias

A conferência contará também com **artigos de investigação seleccionados** da Edição Especial sobre «Promover uma Agenda Transformadora de Justiça Fiscal para África», estabelecendo uma forte ligação entre a investigação e políticas.

Envolvimento antes da Conferência

Na antecipação da PAC 2026, serão realizados webinars antes da PAC com o intuito de:

-  Apresentar trabalhos de investigação emergentes
-  Facilitar o diálogo precoce sobre políticas
-  Reforçar o envolvimento a nível continental antes da conferência

O objectivo é garantir que a PAC não seja um evento isolado, mas sim parte de um contributo mais amplo para os processos de conhecimento e de defesa.

Resultados Esperados

A PAC 2026 tem como objectivo proporcionar:



Um comunicado que defina uma Agenda de Justiça Fiscal Transformadora para África



Reforço do posicionamento africano nas negociações fiscais mundiais



Recomendações de políticas, sob a forma de notas informativas, que estabeleçam a ligação entre a tributação e a industrialização e a transformação estrutural



Maior colaboração entre instituições africanas, académicos, governos e a sociedade civil;



Maior visibilidade da investigação africana e da liderança intelectual em matéria de justiça fiscal.

Conclusão

A 14.ª Conferência Pan-Africana sobre Fluxos Financeiros Internacionais e Tributação surge num momento crucial para África. À medida que os sistemas mundiais mudam e as pressões fiscais se intensificam, o continente depara-se com uma escolha: adaptar-se aos quadros existentes ou moldar activamente um novo quadro. A PAC 2026 constitui uma plataforma para concretizar a segunda opção.

Pretende ir além das reformas incrementais e, em vez disso, impulsionar uma agenda de justiça fiscal ousada, coerente e centrada em África — uma agenda que apoie a soberania, promova a transformação estrutural e garanta uma vida digna a todos os africanos.



Co-convocadores





Christine Mutinda
Tel : +254 718 726 150
Communications Officer
cmutinda@taxjusticeafrica.net

Xavier Ndalila
Tel: +254 715 332 255
Logistics officer
xndalila@taxjusticeafrica.net

Réseau Africain pour la Justice Fiscale (TJNA)

Jaflor Brookside | House No: 3 | 106 Brookside
Drive | Westlands
B.P. 25112-00100 | Nairobi | KENYA
www.taxjusticeafrica.net